

A nova exclusão digital

11/08/2015 02h00

O conhecimento digital, habilidade de acessar, criar, assimilar e adaptar conhecimento através das tecnologias da informação é cada vez mais importante em um mundo em crescente digitalização. Quem não sabe usar a Internet e as tecnologias digitais está cada vez mais preso a profissões do século passado, e certamente figurará entre os primeiros a ter sua profissão automatizada.

Já faz um bom tempo que o acesso à rede é um fator de riqueza e desenvolvimento nacional. Segundo um relatório da Comissão Europeia, cerca de 90% dos empregos nas próximas décadas demandarão alguma forma de alfabetização digital. Reforçando a previsão, um relatório do Banco Mundial de 2009 projeta um crescimento de quase 1,5% da economia de um país para cada 10% de penetração de serviços de banda larga. Não é preciso ser economista para imaginar que a recíproca também deve ser verdadeira, e que países que não invistam na adoção e aprendizado das novas tecnologias verão diversos segmentos econômicos em crise em um mundo cada vez mais competitivo.

À medida que governos e empresas correm para prover um número cada vez maior e mais variado de produtos digitais, aqueles que não conseguem tirar proveito deles tendem a se distanciar em termos de oportunidades socioeconômicas. Em diversas partes do mundo, a exclusão digital reflete um problema social. Muito mais importante do que o acesso à rede está na velocidade desse acesso e na capacidade de tirar proveito dele.

É hora de reconsiderar a natureza da exclusão digital. Enquanto algumas diferenças foram diminuídas nas últimas décadas, outras divisões emergiram como novos desafios. O abismo que separa os conectados dos não-conectados foi nas últimas duas décadas visto como uma questão de acesso. À medida que essa divisão diminui, a questão dos benefícios do impacto dessas tecnologias em pessoas e empresas é cada vez mais relevante.

A exclusão digital é um problema relativamente novo que evolui com a rede. Como todo progresso, a digitalização é irregular. Ela se dá através das regiões do país, zonas urbanas ou rurais, faixas etárias, habilidades profissionais, níveis de alfabetização e conhecimento técnico. A tecnologia só pode ser considerada democrática e empoderadora quando é acessível. Enquanto todos não tiverem um acesso de qualidade mínima, a tecnologia servirá como mais um elemento de segregação e divisão social.

As últimas pesquisas realizadas pelo IBGE e pelo Comitê Gestor da Internet mostram que o crescimento no acesso vem perdendo seu fôlego. Em parte isto se deve ao alto preço da conexão em áreas rurais ou remotas - não se pode demandar uma qualidade de serviço japonesa ou coreana em um país de dimensões continentais - mas boa parte da diminuição nas taxas de crescimento deve-se à falta de interesse por parte de muitos usuários.

Para muita gente não há motivo para gastar uma fatia considerável do orçamento familiar em uma rede que traz poucos conteúdos de verdadeira relevância ou crescimento profissional. Ao contrário de um celular, que para muitas pessoas ao redor do mundo é ferramenta de cidadania e inclusão, boa parte do uso da Internet é sinônimo de perda de tempo e pornografia. Na virada do século, muitos referiam-se à rede como uma grande biblioteca, ambiente de valor completamente diferente de Facebook, YouTube, Netflix e RedTube. Para muitos dos desconectados, a rede não é muito diferente de uma forma de televisão pela qual o acesso é pago. É difícil tirá-los a razão.

Não haveria nada de errado com redes sociais e videogames se o seu consumo correspondesse a usos mais profissionais da rede. Da mesma forma que uma cidade não pode sobreviver apenas de bares e cinemas, boa parte dos serviços da rede precisa ter um alcance muito maior do que se imagina hoje para que se possa tirar dela seu verdadeiro valor. Muitos segmentos profissionais não sentem a menor necessidade de explorar a rede e se refugiam em seus domínios cartoriais. Quando uma tecnologia disruptiva como o Uber, AirBnB ou Nubank aparecem, eles simplesmente não sabem o que fazer. Como perderam o trem-bala da história, só lhes resta protestar na forma de carreatas e carteiradas diversas, sabendo que o fim está próximo.

Qualquer que seja a área de atuação, tecnologias de informação e comunicação tendem a servir como excelentes ferramentas para cortes de custos e aumento de transparência e eficiência. Ao forçar a digitalização de serviços governamentais, governos de países pequenos como a Dinamarca estimam economias da ordem de 160 milhões de Euros. Em países gigantescos de estrutura precária como o nosso, a economia poderia ser maior do que o melhor lucro de uma Petrobras.

Outra clara vantagem da digitalização de processos está na redução dos serviços cartoriais, o que naturalmente reduz a burocracia e diminui as oportunidades para a corrupção. Mas para isso é preciso mais do que um website. Da mesma forma que a digitalização da declaração de Imposto de Renda aumentou a arrecadação, diminuiu a sonegação e acelerou a restituição, serviços robustos de governo eletrônico, de preferência em plataformas móveis, podem eliminar de maneira quase instantânea problemas estruturais que pareciam insolúveis.

É preciso dar mais atenção para o problema da exclusão digital, antes que seus efeitos aumentem os problemas já graves de desigualdade e competitividade que o Brasil enfrenta. Não basta espalhar cabos de fibra ótica, é necessário educar os novos usuários, fomentar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, investir na digitalização de serviços e formar multidões de novos profissionais de infraestrutura para que o digital não se transforme em uma versão eletrônica do cartório.

Diminuir o abismo digital é do interesse de todos. O governo minimiza custos e torna suas operações mais eficientes, empresas se tornam mais competitivas e diversificadas e todos tendem a desfrutar de serviços de maior qualidade e racionalidade. Para isso é necessário estabelecer um bom sistema regulatório que garanta a competitividade e o acesso, sem explorar seus usuários finais. Na França, por exemplo, quase 90% das residências tem acesso a pelo menos dois provedores de serviços digitais, garantindo maior qualidade a um preço aceitável. Nos EUA, ao contrário, a liberalização do mercado fez com que as empresas fatiassem o país entre si, fazendo com que apenas 15% da população tenha opção de fornecedor.

Ao diminuir as diferenças entre conectados e analógicos caminha-se para uma

sociedade com serviços de maior qualidade e, ao mesmo tempo, melhores oportunidades para todos, aumentando a transparência, eficiência e participação social de todos, muito diferente do ambiente que se vê hoje, em que cada novo investimento na rede cria pouco mais do que um público bestializado para os canais do Facebook e de suas filiais Instagram e WhatsApp.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luliradfahrer/2015/08/1666939-a-nova-exclusao-digital.shtml>

Copyright Folha de S. Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha de S. Paulo.